

Senadores alertam governo para a crise da agricultura

Iris e Jader pedem a FHC que seja sensível às reivindicações; Simon e Ademir sugerem tratamento igual ao dispensado aos bancos; Quintanilha cobra atenção ao campo e Lobão diz que o setor sustenta estabilidade econômica



Iris Rezende



Pedro Simon



Ademir Andrade



Leomar Quintanilha

A crise de endividamento da agricultura brasileira foi debatida no plenário, na sexta-feira, pelos senadores. Iris Rezende apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que seja sensível ao pedido de desconto na dívida do setor. Hoje, lideranças dos produtores rurais realizam uma manifestação em Brasília. O apelo de Iris foi endossado pelo líder do PMDB, Jader Barbalho. Ao defender também maior atenção ao campo, Edison Lobão atribuiu ao setor os índices de inflação próximos a zero. Leomar Quintanilha considerou impagável a dívida dos agricultores. Pedro Simon e Ademir Andrade sugeriram ao governo que dê à agricultura tratamento idêntico ao oferecido aos bancos com o Proer.

PÁGINA 5

CPI do Judiciário ouve na quarta juiz da falência da Encol

Acusado de irregularidades na condução da falência da Encol, o juiz Avenir Passo de Oliveira, titular da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, deve depor na quarta-feira, às 10h, na CPI do Judiciário. Uma das acusações contra o juiz, feita por quatro advogados de Goiânia, é de ter permitido má administração e desvio do patrimônio da empresa durante o processo inicial de concordata.

PÁGINA 3



Jader Barbalho



Edison Lobão

A CPI ouvirá o que o juiz de Goiânia tem a dizer sobre as denúncias dos advogados

COMISSÃO DISCUTE COMBATE À POBREZA

A comissão mista do Congresso encarregada de estudar as propostas de combate à pobreza realiza sua primeira reunião de trabalho na quarta-feira, a partir das 10h. Presidida pelo

senador Maguito Vilela, a comissão definirá a agenda que deverá cumprir nos próximos 90 dias, prazo que tem para definir uma proposta única sobre a matéria.

PÁGINA 3

CAS debate prevenção da Aids em presídio

PÁGINA 4



Senado debate emenda sobre defesa nacional

Plenário discute pelo quarto dia a proposta que modifica a Constituição para viabilizar a existência do Ministério da Defesa e dos comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica



Bernardo Cabral é relator da emenda

O Senado cumpre amanhã o quarto dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda que ajusta à Constituição a criação do Ministério da Defesa e dos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A proposta inclui o cargo de ministro da Defesa entre os privativos de brasileiro nato, altera a composição do Conselho de Defesa Nacional e define o juízo competente para processar e julgar os co-

mandantes das três forças. Relator da matéria, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) tem parecer favorável.

Os senadores deverão votar também projeto de lei da Câmara sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Relatores da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Educação, os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Emilia Fernandes (PDT-RS), res-

pectivamente, têm pareceres favoráveis.

No mesmo dia, o Senado vota o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997. O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) é o relator da matéria e elaborou parecer favorável à sua aprovação.

Aguarda ainda votação projeto de lei da Câmara dispondo sobre ligação

rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo norte. O senador Romero Jucá (PSDB-RR) emitiu parecer favorável à matéria na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, mas com um adendo.

Na quarta-feira, na Ordem do Dia, os senadores votam projeto de lei da Câmara que inclui os portos de Itumbiara e São Simão, ambos no rio Paranaíba (GO), na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação.

AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1999

PLENÁRIO

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

▶ 15h30 - Comissão de Assuntos Sociais
Audiência pública com Dráuzio Varella, epidemiologista, autor do livro *Estação Carandiru*, trabalho elaborado na Casa de Detenção de São Paulo - Carandiru. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

PREVISÃO DA SEMANA

Terça-feira
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quarto dia de discussão da *PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; *PLC nº 44/98, que dispõe sobre ligação rodoviária, no Plano Nacional de Viação, no extremo norte, nos estados do Pará e Maranhão; *PDL nº 55/98, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Pioneira Stereo Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre (RS); *PDL 33/99, que aprova o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos; *PDL nº 34/99, que aprova texto do acordo sobre o Exercício de Emprego por parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre os governos do Brasil e da República Tcheca; *Requerimento nº 386/99, do senador Romero Jucá, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 334/99, de sua autoria, que altera a redação dos artigos 19, 22, 104 e 131, e acrescenta o art. 65-A à Lei nº 9.503/97, modificada pela Lei nº 9.602/98, para dispor sobre a inspeção técnica de segurança de veículos automotores em circulação.

Quarta-feira
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente - O tempo destinado aos oradores será dedicado a comemorar o 20º (vigésimo) aniversário do advento da anistia, marco histórico na luta do povo brasileiro contra o regime de exceção, pela liberdade e pela democracia.
Pauta: Quinto e último dia de discussão da *PEC nº 53/99, que altera os arts. 12, 52, 84, 91, 102 e 105 da Constituição federal (criação do Ministério da Defesa); *PLC nº 18/99, que inclui os portos de Itumbiara e São Simão, ambos no rio Paranaíba, no estado de Goiás, na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação; *PDL nº 80/98, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Gaúcha S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Porto Alegre-RS; *PDL 37/99, que aprova o texto do acordo sobre a operação, no Brasil, do Escritório Regional do Habitat para a América Latina e o Caribe, celebrado entre o Brasil e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat); *PDL nº 40/99, que aprova o texto do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre os governos do Brasil e Eslovênia; *Mensagem nº 126/99, que solicita a retirada do PLC nº 56/98 que cria o Quadro de Oficiais de Saúde do Exército - QOSau.; e *Requerimento nº 398/99, do senador Pedro Piva, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 292 e 386/99, por versarem sobre critérios para porte de arma de fogo.

Quinta-feira

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC 59/98, que inscreve o nome de dom Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria; Substitutivo da Câmara ao *PLS nº 240/89, que estabelece prazo de dois anos para que as fábricas de alimentos adotem a tecnologia de costura eletrônica no acondicionamento de enlatados e determina a impressão, no rótulo ou na parte externa de embalagem, do número de lote, data de fabricação e validade do alimento acondicionado; *PDL nº 41/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação para Impedir o Uso Illegal de Precursores e Substâncias Químicas Essenciais para o Processamento de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, celebrado entre os governos do Brasil e Colômbia; *PDL nº 42/99, que aprova o texto das emendas aos arts. 6º, 14, 15 e 22 do Acordo Operacional da Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (Intelsat).

Sexta-feira

▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *Mensagem nº 134/99, que encaminha ao Senado a Programação Monetária para o 3º trimestre de 1999; *Mensagem nº 139/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 15 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, destinada a financiar parcialmente o Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia - Proarco; *PLS nº 414, que dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 8.387/91; e *Mensagem nº 155/99, que submete à apreciação do Senado o segundo termo aditivo de ratificação ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas celebrado entre a União e o estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 53/97, que regulamenta o art. 213 da Constituição federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos; *PLS nº 225/99, que dispõe sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; *PLS nº 43/99, que revoga o art. 2º da Lei nº 9.192/95, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 273/96, que institui o Estudo dos Direitos Humanos na formação policial; *PLS nº 252/99, que modifica a Lei nº 9.766/98, que altera a legislação do Salário-Educação; *PLS nº 241/99, que dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; e *PLS nº 341/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas concessionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens destinarem pelo menos dois minutos diários de sua programação à divulgação de informações sobre menores desaparecidos; *PLS nº 340/99, que dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano"; e os *PDLs nºs 53, 89 e 58 de 1999, que renovam concessões para exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

▶ 17h - Comissão de Assuntos Econômicos

Exposição de Solon Lemos Pinto, acerca dos impactos tecnológicos e econômicos do chamado bug do milênio. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

▶ 18h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Audiência pública com Pimenta da Veiga, ministro das Comunicações; Renato Guerreiro, presidente

da Anatel; deputado estadual Gilmar Tato, relator da CPI da Telefonia (SP); sindicalista Luís Antônio Sousa da Silva, coordenador-geral da Fitel; e Aloísio Biondi, jornalista econômico. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

Quarta-feira

▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLS nº 287/99, que dispõe sobre a concessão de desconto no valor de passagens para os maiores de sessenta anos.

Audiência pública para subsidiar os debates em torno de projetos e propostas de combate à pobreza, em trâmite no Senado, baseados em requerimento da senadora Heloísa Helena. Convidados: Presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, dom Mauro Morelli; pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ricardo Paes de Andrade; pesquisador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), José Carlos Libânio; e presidente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar, Flávio Valente. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

▶ 9h - Comissão de Educação

Pauta: Reunião de trabalho com o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emenda de Plenário nº 1, do senador Antonio Carlos Valadares, ao *PLS nº 178/99, alterando a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições, a fim de proibir coligações nos eleições proporcionais; *PLS nº 482/99, que altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas em todos os níveis da Federação; *PLS nº 180/99, que altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revogando o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; *PEC nº 10/99, que dá nova redação ao parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevenindo a incompatibilização nos outros casos; *PLS nº 194/99, que altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de Mesa Receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral -, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro/98; *PLS nº 99/99, que altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais; e *PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90.

Pauta extra: *PLS nº 158/99, que dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos, a respeito das conclusões das comissões parlamentares de Inquérito. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

▶ 10h - CPI do Judiciário

Oitiva: Juiz Avenir Passo de Oliveira - caso Encol. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

ESPECIAL

▶ Quarta-feira

▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Alô ?!*, de Mara Mourão. *Auditório Petrólio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão define agenda para o combate à pobreza

Na quarta-feira, senadores e deputados, sob a presidência de Maguito Vilela, começam a definir programação para os 90 dias

A comissão mista que estudará as causas da pobreza e proporá leis que ajudem a erradicá-la realiza sua primeira reunião de trabalho na quarta-feira, a partir das 10h. Presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), a comissão definirá a agenda que pretende cumprir nos 90 dias que tem de prazo e formulará a primeira lista de pessoas que devem ser chamadas para falar aos parlamentares sobre as experiências que buscaram diminuir ou até mesmo acabar com a fome, a pobreza e a miséria.

A idéia de criar essa comissão composta por parlamentares de todos os partidos representados no Congresso Nacional partiu da senadora Marina Silva (PT-AC), eleita vice-presidente da comissão. Ao tomar conhecimento da iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de apresentar o projeto de lei instituindo o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, Marina Silva pensou em requerer a criação da comissão, que foi aprovada por unanimidade pelos deputados e senadores.

A comissão é composta por 19 senadores e 19 deputados, obedecendo a proporcionalidade dos partidos e



Maguito Vilela pretende ouvir pessoas para falar de suas experiências na luta contra a fome

tendo o mínimo de um representante por partido.

Integram a comissão os senadores Agnelo Alves (RN), Alberto Silva (PI), Maguito Vilela (GO), Marluce Pinto (RR), Pedro Simon (RS), Renan Calheiros (AL) e Roberto Requião (PR), do PMDB; Geraldo Althof (SC), Juvêncio Fonseca (MS), Maria do Carmo Alves (SE), Paulo Souto (BA) e

Romeu Tuma (SP), do PFL; Geraldo Melo (RN), Osmar Dias (PR), Paulo Hartung (ES) e Sérgio Machado (CE), do PSDB; Antonio Carlos Valadares (SE), Eduardo Suplicy (SP) e Marina Silva (AC), do Bloco Oposição (PT, PDT, PSB e PPS).

Os deputados federais que integram a comissão são: Eunício Oliveira (CE), Gastão Vieira (MA), João Henrique (PI) e José Chaves (PE), do PMDB; Laura Carneiro (RJ), Marcondes Gadelha (PB), Paulo Marinho (MA) e Roberto Brant (MG), do PFL; Feu Rosa (ES), Maria Abadia

(DF) e Xico Graziano (SP), do PSDB; Aloízio Mercadante (SP) e Paulo Paim (RS), do PT; Eurico Miranda (RJ) e Romel Anízio (MG), do PPB; Félix Mendonça (BA), do PTB; Alceu Collares (RS), do PDT; Luiza Erundina (SP), do Bloco PSB/PC do B; e Bispo Rodrigues (RJ), do Bloco PL/PST/PMN/PSD/PSL.

Alberto Silva defende idéia para livrar lavrador nordestino da seca

Inteiramente favorável à proposta de erradicação da pobreza apresentada pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) afirmou ontem, em entrevista, que sua idéia para tirar o lavrador nordestino da miséria é igualmente viável. "Se houver dinheiro para a erradicação da pobreza, uma parcela desses recursos devia ser emprestada ao lavrador que quiser fazer uma roça resistente a seca", afirmou o parlamentar, ao defender seu projeto para enfrentar a estiagem.

No propósito de garantir renda, desenvolvimento e tranqüilidade às famílias dos lavradores do semi-árido, Alberto Silva defende um modelo de produção que garante o armazenamento de água da chuva a partir de uma incidência pluviométrica de 300 milímetros. O senador sugere que, de posse de um hectare de terra, o agricultor construa um barracão em que a parte da frente se destinará à habitação de sua família – sala, copa, cozinha, três quartos e



Silva acha que convencerá o presidente Fernando Henrique a adotar sua idéia

um sanitário.

Na parte de trás desse barracão, cujo telhado terá calhas capazes de escoar até 50 mil litros de água, serão instalados dois reservatórios de plástico, com capacidade, cada um, para receber 25 mil litros. Essa água será utilizada para todos os fins, destinando-se a que passar pelo vaso sanitário a regar uma horta. Antes de chegar à plantação, a água passará por um sis-

tema de tratamento que inclui sua purificação pelo calor do sol.

A roça desse mesmo lavrador será cultivada em valas contendo vermiculita – um mineral abundante no Piauí, que, depois de receber tratamento térmico, a partir de um quilo retém até cinco litros de água. Conforme o parlamentar, cada metro cúbico de vermiculita custa R\$ 100,00. Alberto Silva entende que, desde que o Banco do Brasil empreste R\$ 10 mil a cada lavrador, este poderá executar esse projeto de plantação e obter, com cada safra, uma renda líquida mensal de três salários mínimos, podendo perfeitamente pagar o empréstimo:

– E o mais importante é que, com esse projeto, transformamos o lavrador num cidadão – afirmou o senador, certo de que o presidente da República se entusiasmará com sua idéia. "Tenho a impressão de que Fernando Henrique Cardoso, que conhece o projeto e me conhece, vai fazer o Banco do Brasil emprestar esses recursos. É um projeto a ser implantado no Piauí e no resto do semi-árido", disse ele, definindo sua iniciativa como uma forma de o Brasil encontrar-se consigo mesmo.

Subcomissão de Rádio e TV discute Universidade do Legislativo na quarta

A proposta de criação da Universidade do Legislativo estará sendo discutida pela Subcomissão de Rádio e Televisão, da Comissão de Educação do Senado, na quarta-feira, às 17h30. A convite de seu presidente, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia; o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Mário Lúcio Medeiros, vão apresentar aos senadores os detalhes do projeto que prevê a formação de quadros para os legislativos estaduais e municipais.

De acordo com a proposta, o sinal da TV Senado será utilizado para a transmissão de uma programação de ensino à distância, com três horas diárias, voltada à educação para a cidadania e cursos sobre processo legislativo, além de outras matérias destinadas à capacitação de pessoal envolvido nas

atividades parlamentares. Como a TV Senado estará transmitindo em UHF até o final deste ano, seu sinal poderá ser captado e retransmitido por geradoras dos municípios que atuarão em parceria com o Senado Federal. As prefeituras que se equiparem poderão transmitir a programação da TV Senado, os cursos da Universidade do Legislativo e utilizar um espaço de tempo para sua própria programação local.

Na quinta-feira, às 15h, os senadores vão conhecer as propostas elaboradas por professores da Universidade de Brasília, que estão prestando assessoria informal à subcomissão.

Além de Simon, a subcomissão é composta pelos seguintes senadores: Amir Lando (RO) e Gerson Camata (ES), pelo PMDB; Djalma Bessa (BA) e Romeu Tuma (SP), pelo PFL; Artur da Távola (RJ) e Álvaro Dias (PR), pelo PSDB; e Emilia Fernandes (PDT-RS) e Geraldo Cândido (PT-RJ), pelo Bloco Oposição.

Advogados de Goiânia denunciaram irregularidades praticadas pelo juiz Avenir



Juiz que decretou falência da Encol depõe na CPI

A CPI do Judiciário ouve na quarta-feira, às 10h, o juiz Avenir Passo de Oliveira, titular da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, acusado de irregularidade na condução da falência da Encol por quatro advogados, que apresentaram as informações na comissão no último dia 4. Segundo os depoentes, Sérgio Mello da Paixão, Paulo Roberto Vianna Martins, Neiron Cruvinel e Waldomiro Azevedo, que atuam na Vara de Falências, o juiz passou a apresentar sinais exteriores de riqueza depois de ter assumido o caso da construtora. Segundo Azevedo, o juiz, que em 1984 declarava ser proprietário de um carro e um sítio em Goiânia, hoje tem uma mansão, um prédio comercial em Goiânia e um condomínio em Trindade (GO).

Azevedo, que encaminhou suas denúncias também à Corregedoria Geral de Justiça e ao Ministério Público de Goiás, relatou que o juiz ignorou a lei falencial que determina que o comissário e o síndico da concordata devem ser escolhidos entre os dois maio-

res credores da empresa, desde que sejam pessoas de reputação ilibada. Segundo os depoentes, depois de aceitar a transferência da sede da empresa para Goiânia e o pedido de concordata, o juiz teria nomeado pessoas que não estariam credenciadas, permitindo que o patrimônio da empresa fosse mal calculado, mal administrado e desviado.

Paulo Vianna afirmou que o patrimônio da Encol está sumindo e que o seu estoque de apartamentos está sendo desprezado e repassado a outras construtoras, já que foi ignorado o resultado do exercício futuro da Encol que, em agosto de 97, somaria R\$ 2,3 bilhões. "Esse é o melhor negócio que tem no Brasil hoje", disse Vianna em seu depoimento, referindo-se à obtenção de alvarás para a retomada de obras inacabadas da construtora. O advogado declarou ainda que o magistrado autorizou pagamentos indevidos aos bancos credores da empresa: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banespa.

CAS discute Aids e combate à pobreza

Hoje, senadores ouvem epidemiologista Dráuzio Varella sobre experiência de combate à doença na Casa de Detenção de São Paulo. Na quarta-feira, promovem audiência pública sobre a miséria com a presença de dom Mauro Morelli

Para fazer uma explanação sobre o trabalho de prevenção à Aids que realiza na Casa de Detenção de São Paulo — Carandiru, o epidemiologista Dráuzio Varella estará hoje, às 15h30, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a convite de seu presidente, senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Desde 1989, Varella voluntariamente desenvolve um trabalho de prevenção à Aids junto aos detentos do Carandiru, o qual conta atualmente com o apoio da Universidade Paulista. O trabalho inclui pesquisas epidemiológicas sobre a prevalência do HIV, palestras educativas para os presos, gravação de vídeos, edição de um jornal de circulação interna no presídio e atendimento a doentes. Recentemente Dráuzio Varella lançou o livro *Estação Carandiru*, no qual relata sua experiência.

Na quarta-feira, a partir das 9 horas, a CAS promove uma audiência pública, requerida pela senadora Heloísa Hele-

na (PT-AL), para subsidiar os debates em torno de projetos e propostas de combate à pobreza. Participam o presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, Mauro Morelli; os pesquisadores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), João Carlos Libânio, e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ricardo Paes de Andrade, e o presidente do Fórum Nacional de Segurança Alimentar, Flávio Valente.

No mesmo dia, a comissão vota, em turno suplementar, o projeto de lei de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), na forma de substitutivo de iniciativa do senador Arlindo Porto (PTB-MG), acolhido pelo relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que dispõe sobre a concessão de desconto no valor das passagens para os idosos. Pelo substitutivo, os maiores de 65 anos terão desconto de 50% nas passagens aéreas, marítimas, rodoviárias e ferroviárias.

Eduardo Suplicy atribui violência a agravamento de problemas sociais

Em discurso no plenário, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que as desigualdades socioeconômicas do país têm contribuído para agravar a situação precária e a superlotação dos presídios.

— As tremendas desigualdades persistentes em nosso país, o desemprego e o agravamento da pobreza constituem razões principais para o extraordinário aumento da criminalidade que se tem

observado em quase todas as regiões, inclusive na região metropolitana de São Paulo — disse.

Suplicy recomendou a todos os senadores e pessoas interessadas no assunto a leitura do livro *Estação Carandiru*, do epidemiologista Dráuzio Varella, que revela histórias sobre a vida dos presos e dos que trabalham na penitenciária de São Paulo. O senador anunciou que hoje, às 15h30, Dráuzio Varella estará na Comissão de Assuntos Sociais, a convite do se-



Suplicy recomendou a leitura de livro de Dráuzio Varella

nado Osmar Dias (PSDB-PR), presidente da comissão, para relatar sua experiência no Carandiru.

Segundo Suplicy, Dráuzio Varella “viveu uma corajosa experiência humana, desde 1989, quando resolveu dedicar um dia por semana para dar assistência à saúde e realizar um trabalho de prevenção da Aids junto aos 7.200 presos do maior presídio do país”.

Todos os relatos do dr. Varella, segundo o senador, são de pessoas humildes que praticaram crimes. Nos dois últimos capítulos do livro, acrescentou, o médico descreve fatos que ocorreram no presídio durante o chamado massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, quando 111 homens do pavilhão 9 da penitenciária morreram, conforme a versão oficial. Mas, segundo os presos, morreram 250 homens, além dos que saíram feridos em confronto com policiais militares, conforme lembrou Suplicy.



Na quarta-feira, os senadores da CAS votam projeto de lei que concede aos idosos desconto no valor das passagens aéreas, marítimas, rodoviárias e ferroviárias

Pauta da CAE inclui programação monetária

A programação monetária para o terceiro trimestre deste ano e a autorização para a contratação de empréstimo com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), no valor de U\$ 15 milhões, destinado a financiar o Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia, são as principais mensagens a serem votadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne duas vezes amanhã.

Na primeira reunião, às 10 horas, além

das propostas mencionadas, constam ainda o projeto de lei do Senado de nº 414 (terminativo). A proposta, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), já tem parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA) e pretende redirecionar para a indústria as áreas de livre comércio de Macapá e Santana, no Amapá, para “assegurar ao estado condições de cumprir com sua vocação internacional, área estratégica de exportação para a região caribenha.”

Consta, ainda, da pauta de votação

da CAE a mensagem que submete à apreciação do Senado o segundo termo aditivo de refinanciamento de dívidas entre a União e o estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados.

A CAE volta a se reunir às 17h, para ouvir a exposição do secretário de Logística e Tecnologia de Informação do Ministério do Orçamento, Solon Lemos Pinto, sobre os impactos tecnológicos e econômicos do chamado *bug* do milênio.

Direitos humanos integram formação de policial

O estudo dos Direitos Humanos pode vir a ser obrigatório na formação de policiais. O projeto de lei, de autoria da ex-senadora Benedita da Silva (PT-RJ), será apreciado pela Comissão de Educação (CE) amanhã, em reunião que se realizará a partir das 11h30. O relator do projeto, senador Romeu Tuma (PFL-SP), deu parecer favorável à matéria.

A Comissão de Educação apreciará ainda o Aviso nº 239-SGS, sobre a criação de uma *homepage* Internet pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações relativos ao trabalho ali desenvolvido.

Também será apreciado o Projeto de Lei nº 53/97, da Câmara dos Deputados, que define escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos, e que conta com substitutivo do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

As mensagens publicitárias voltadas para a educação de trânsito têm dois projetos na CE. O Projeto nº 245/99 é de autoria da se-



Romeu Tuma deu parecer favorável à proposta de Benedita

nadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e estabelece mecanismos para a veiculação das mensagens feitas em caráter suplementar às campanhas previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro. O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator da matéria, deu parecer favorável. Projeto de lei originário da Câmara dos Deputados, também relatado por Fogaça, foi rejeitado em função da proposta de Emilia Fernandes.

Comissões debatem primeiro ano da privatização da Telebrás

Com a finalidade de realizar um balanço do primeiro ano de privatização do sistema Telebrás, sob o ponto de vista do usuário, as comissões de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), e Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), realizam uma audiência pública conjunta amanhã, às 18 horas, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa.

Participarão da audiência pública o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga; o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro; o relator da CPI da Telefonada de São Paulo, deputado estadual Gilmar Tato; o sindicalista e coordenador-geral da Fitel, Luís Antônio Sousa da Silva, e o jornalista econômico Aloísio Biondi.

CCJ examina projetos da reforma política

Seis projetos da reforma política estão na pauta da reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza na quarta-feira, entre eles a proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que suprime a reeleição para prefeitos e exige a desincompatibilização nos outros casos. Relator da proposta, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) é favorável à iniciativa, mas oferece um substitutivo.

Também integra a pauta da reunião projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que amplia o número máxi-

mo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas, em todos os níveis da Federação. Outro projeto a ser examinado é o do senador José Agripino (PFL-RN) que veda aos partidos sem caráter nacional o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão.

A CCJ apreciará projeto de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que anistia os eleitores e os membros de mesa receptora das sanções previstas no Código Eleitoral, por não terem justificado sua ausência nos pleitos realizados nos dias 4 e 25 de outubro de 1998.

Consta ainda da pauta o projeto que torna obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados que os partidos remetem aos juizes eleitorais. De autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o projeto tem como relator o senador Roberto Freire (PPS-PE), que apresenta parecer pela rejeição da matéria. Também com parecer contrário do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), deverá ser examinado projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que amplia a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.

Plenário pede acordo com agricultores

A necessidade da busca de um entendimento do governo com os produtores rurais, que promovem hoje uma manifestação em Brasília pedindo a renegociação de suas dívidas, foi defendida na sexta-feira em plenário por

senadores da base governista e da oposição. Eles recordaram a importância do setor primário tanto para a retomada do crescimento econômico como para a manutenção de baixos índices de inflação

Iris sugere a FHC que seja sensível a proposta de desconto da dívida

A situação dos produtores rurais endividados foi lembrada na sexta-feira, em discurso, pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), que apelou ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que seja sensível ao pedido de desconto na dívida agrária, objeto de uma grande manifestação que será realizada hoje em Brasília, no que teve o apoio de outros senadores.

Iris Rezende, que foi ministro da Agricultura, lembrou que os produtores rurais vêm sofrendo durante décadas as consequências dos planos econômicos, destacando que na implantação do Plano Cruzado II os débitos do setor cresceram 85% da noite para o dia. Enquanto isso, os preços dos produtos agrícolas, que já eram corrigidos mensalmente, foram congelados segundo os valores do mês anterior.

— E desde aquela época vem ocorrendo essa balbúrdia: acordos, renegociações, moratória — disse o senador.

Por ocasião do último plano de estabilização, recordou Iris Rezende, o governo teve que estabelecer uma política de juros altos para impedir a sangria das reservas e a elevação do consumo, que comprometeria a estabilização econômica. Naquele momento, os agricultores, obrigados a buscar complementação de seus financiamentos para acudir a colheita ou para aguardar a venda de seus produtos, tomaram recursos a juros inaceitáveis, gerando a situação que se verifica hoje.

Iris Rezende também chamou a atenção para as condições desiguais em que os produtores rurais brasileiros competem com os agricultores da Europa, Estados Unidos e também da Argentina. Segundo o senador, nos



Iris Rezende lembrou subsídios concedidos à agricultura pelos EUA e por países europeus

países europeus, principalmente, mas igualmente nos Estados Unidos, o setor agrícola recebe enormes subsídios e perdão de seus débitos.

A falta de uma política agrícola permanente, que leva a lutas anuais entre o Ministério da Agricultura e a área econômica do governo, foi apontada como “um grande erro” por Iris Rezende. Ele chamou a atenção para a angústia do produtor, que está sujeito a mudanças a cada ano, antecedendo o plantio das safras.

— O presidente Fernando Henrique tem mostrado sensibilidade em relação à agricultura, mas a verdade é que os problemas do homem do campo vêm de longe e estão se agravando — afirmou Iris.

O senador disse esperar que seu pronunciamento e a manifestação dos demais senadores sobre o tema sensibilizassem o presidente na busca de uma solução para o problema dos agricultores, com o apoio do Senado.

LEOMAR QUINTANILHA

Setor primário não tem recebido a atenção que merece

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) solidarizou-se com Iris Rezende, afirmando que a dívida dos agricultores é impagável. Ele reconheceu que o setor primário não vem recebendo a atenção que merece, concordando com Iris em relação ao desastre provocado pelos sucessivos planos econômicos no setor.

Para Quintanilha, a agricultura é um setor estratégico, por suprir a população com “um elemento essencial à vida, que é o alimento”. Ele frisou que o governo tem que se preocupar com a agricultura e defendeu a adesão de todos “à verdadeira cruzada iniciada pelos produtores, que já não suportam mais sobreviver com as condições estabelecidas pelo setor”.



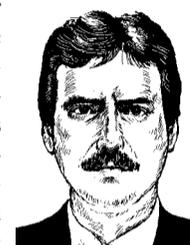
Quintanilha

ADEMIR ANDRADE

Proer não foi tão criticado como projeto da Câmara

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) considerou na sexta-feira acintosas as críticas da imprensa à iniciativa da Câmara dos Deputados em relação à rolagem da dívida dos produtores rurais. Ele lamentou que o mesmo tratamento não tenha sido dado à criação do programa de reestruturação do sistema financeiro (Proer), “que socorreu os bancos falidos”.

Ademir Andrade lembrou que “quem está pagando o Proer é o povo brasileiro e a política de crescimento exorbitante da dívida interna”, e disse não entender por que a imprensa só ataca decisões em defesa do interesse de um importante setor produtivo, que contribui para o equilíbrio da balança comercial brasileira.



Ademir Andrade

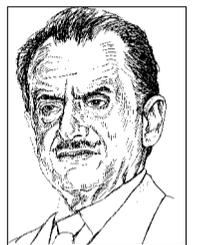
PEDRO SIMON

Entendimento é melhor que ameaça de veto

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), depois de destacar a importância do pronunciamento de Iris Rezende, sugeriu na sexta-feira que o presidente Fernando Henrique Cardoso reúna sua equipe e tome uma medida favorável à agricultura, como o fez quando da criação do programa de reestruturação do sistema financeiro (Proer).

— Se não querem aceitar o projeto da Câmara, entrem em entendimento, mas não venham com essa ameaça grosseira de “se aprovar, eu veto”. Isso é uma bofetada — disse o senador.

Simon, que também foi ministro da Agricultura, condenou a forma como a imprensa vem tratando a questão da dívida dos produtores rurais, como se fossem “um grupo de vigaristas”.



Pedro Simon

JADER BARBALHO

Reivindicações de produtores devem ser levadas em conta

As reivindicações do setor agrícola merecem ser levadas em conta, afirmou o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) na sexta-feira, em aparte ao discurso de Iris Rezende. Ele fez questão de se unir às manifestações dos demais senadores, “no momento em que os agricultores brasileiros dirigem-se a Brasília para chamar a atenção do governo, do Congresso e da sociedade para o drama que estão vivendo”.

O senador lembrou declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a contribuição do setor para a política de exportações, e destacou que um dos grandes desafios do país é justamente a eliminação do déficit nesta relação de trocas.



Jader Barbalho

EDISON LOBÃO

Agricultura tem garantido baixos índices de inflação

Embora o presidente da República se preocupe com a agricultura, “é preciso preocupar-se mais”, afirmou o senador Edison Lobão (PFL-MA) na sexta-feira, em parte ao pronunciamento do senador Iris Rezende. Lobão assinalou que o país vive um momento em que a agricultura participa significativamente da economia nacional, observando que se devem basicamente ao setor os índices de inflação próximos a zero.

Lobão lembrou que em um momento de emergência foi encontrada solução para o problema dos bancos, com a criação do Proer, e frisou que é preciso buscar uma solução semelhante, “criativa e inteligente”, para a agricultura brasileira.



Edison Lobão

Carlos Bezerra condena “descaso” com o campo

O “descaso” com que as autoridades federais tratam a agricultura e a falta de uma política agrícola no passado e no presente foram criticados pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que pediu ao presidente da República e ao ministro da Agricultura uma política arrojada para o setor. Ele fez um apelo ao governo para que não se deixe enganar pelos prognósticos delineados para a primeira co-



Carlos Bezerra

lheita do próximo milênio. — Tenho convicção de que, se o governo federal não tomar providências imediatas, a produção de grãos estará comprometida logo no início do novo milênio. Digo isso porque, em contraste com a euforia verificada no ano passado, quando os plantadores de soja foram premiados com uma grande colheita e bons preços, a safra de 99 não deverá repetir o mesmo desempenho, nem de-

verá mais a soja contar com uma alta cotação no mercado mundial — afirmou. Assinalando que a expectativa, alimentada até há pouco tempo, de que a primeira safra do ano 2000 alcançaria a faixa de 90 milhões de toneladas de grãos não se sustenta mais, Bezerra disse que os agricultores têm consciência de que, se o governo mantiver sua inflexibilidade quanto à renegociação das dívidas dos produtores, não haverá como o campo honrar o prognóstico de boa colheita na próxima safra.

Tebet defende na TV estímulo à produção

Os produtores rurais vivem um momento dramático, pois estão endividados e sem condições de quitar seus débitos, e o governo não se tem mostrado sensível ao problema. A declaração é do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em entrevista à TV Senado, que vai ao ar hoje, às 8h30 e 20h30.

— Está na hora de retomarmos o crescimento e o desenvolvimento. É preciso que o presidente e a equipe econômica sejam mais sensíveis e passem a estimular o setor produtivo brasileiro, inclusive a agricultura — observa.

Ramez Tebet acha que o governo deve prorrogar o prazo para o pagamento das dívidas dos agricultores e reduzir os juros. Ele também defende o estímulo ao plantio de grãos. “Nossa safra estagnou nos 80 milhões de toneladas. Nós podemos produzir muito mais. E a resposta do setor será a geração de um milhão de empregos”, diz Tebet.



Ramez Tebet



Mozarildo Cavalcanti solicita em plenário correção nos livros escolares

Mozarildo pede ao MEC que reconheça Monte Caburaí como extremo norte do país

Os livros escolares deverão ensinar que o verdadeiro extremo norte do país é o Monte Caburaí, em Roraima, e não a cidade de Oiapoque, no Amapá. Essa conclusão, feita por especialistas em setembro do ano passado, foi levada pelo prefeito de Urimutã (RR), Venceslau Brás, e pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, com um pedido para que o ministério corrija o que até então tem sido publicado nos livros didáticos.

Em discurso no plenário na sexta-feira, Mozarildo Cavalcanti informou que uma expedição com a participação de várias instituições, entre elas o Exército, a Aeronáutica, o Inbra, a Universidade Federal de Roraima, a Embra e o governo do estado, assessoradas por geógrafos, antro-

pólogos, biólogos e agrônomos, entre outros profissionais, concluiu que o extremo norte do país fica no Monte Caburaí.

O monte está situado, segundo o senador, na nascente do Rio Uialã, na bacia do Amazonas, e está acima do Oiapoque mais de 84,5 metros ao norte do Cabo Orange, onde está o rio Oiapoque.

— A divulgação nos livros didáticos de que o Oiapoque é o ponto extremo norte brasileiro é uma informação falsa e o mais grave é que o Ministério da Educação já dispõe dessa informação há muito tempo e nada fez ainda. O IBGE já publicou, desde 1989, pesquisas em um livro com essas coordenadas, o que não justifica a inércia do Ministério da Educação sobre o assunto — criticou Mozarildo.

Sugerida instalação de CPI sobre atuação de ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu na sexta-feira a criação de uma CPI para investigar as organizações não-governamentais (ONGs) e criticou a Funai, afirmando que a fundação não consegue desempenhar seu papel de cuidar das comunidades indígenas.

Sobre as ONGs, o senador afirmou ser preciso saber o que elas fazem exatamente, como atuam, como aplicam o dinheiro e que ação desenvolvem na Amazônia e em outras regiões. Quanto à Funai, disse que ela é ineficiente e desorganizada.

— É um órgão que, se não for extinto, deve ser profundamente transformado — sustentou.

Mozarildo citou informações, veiculadas pela imprensa, sobre o crescimento de doenças endêmi-

cas nas comunidades indígenas. Uma dessas informações aponta um índice de 60% de índios da comunidade ianomâmi contaminados pela malária. A Funai, segundo o senador, desconhece esses dados.

— Essa situação é estupefacente, porque a Funai é o órgão responsável pela assistência, proteção e defesa das comunidades indígenas — criticou.

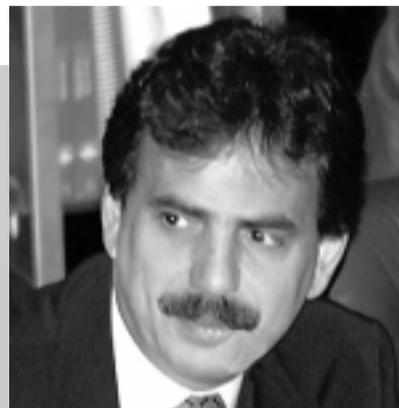
Mozarildo discorda de que as atribuições da Funai relativas ao controle de endemias sejam repassadas à Fundação Nacional de Saúde. Para ele, a FNS não é eficiente e deixa muito a desejar no combate de doenças como a dengue e a malária. O senador pefelista pediu que o Senado dê uma resposta “mais vigorosa ao processo de abandono da Amazônia”.

Ademir quer estender a servidor público aposentadoria especial

Funcionário que exerça atividades insalubres teria, segundo a proposta, os mesmos direitos previstos pelo Regime Geral de Previdência Social

Aposentadoria especial (antecipada) para os servidores públicos que lidam com agentes nocivos foi proposta pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), por meio de projeto de lei. Ele argumentou que desde a promulgação da Constituição, em 1988, os servidores públicos que exercem as atividades em condições que prejudicam a saúde vêm sendo impedidos de exercer o direito a aposentadorias especiais em virtude da inexistência de regulamentação da matéria.

Conforme Ademir Andrade, trata-se de “injustiça flagrante”, uma vez que os segurados do Regime Geral de Previdência Social (trabalhadores do setor privado) vêm



Ademir acredita que a aprovação de seu projeto corrigirá uma “injustiça flagrante”

exercendo normalmente esse direito. O projeto de lei regulamentará o parágrafo 4º do artigo 40 da Constituição no que couber aos

servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive de autarquias e fundações.

— Trata-se, parece, do mínimo que deve ser assegurado aos servidores públicos que têm a sua saúde deteriorada no exercício de atividades insalubres — disse o senador.

O projeto traz a classificação das atividades insalubres para adequar o tempo de aposentadoria ao tempo de exposição. No anexo ao projeto são discriminados elementos nocivos como arsênio, asbesto, benzeno, berílio, bromo, cádmio, carvão mineral, chumbo e cloro, entre outros.

Senador espera “lisura” no julgamento da chacina de Eldorado dos Carajás

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) saudou a realização, em breve, do julgamento dos policiais militares responsáveis pela chacina de 19 trabalhadores, em Eldorado dos Carajás, mas criticou o fato de o governador Almir Gabriel, seu secretário de Segurança e comandante da PM, terem sido isentados de culpa pelo Judiciário do estado.

— No dia 17 de abril de 1996, foram os soldados que executa-

ram os trabalhadores, mas foram as autoridades do estado as responsáveis pela ordem de desobstrução da estrada a qualquer preço — enfatizou.

Para Ademir, o Judiciário está errando novamente ao arrolar o governador Almir Gabriel como testemunha no processo, permitindo que testemunhe em sua residência. “O julgamento é público, todos têm direito a estar presentes. Trata-se de um privilégio inaceitável

deslocar juiz, júri e advogados até a casa do governador para que ele preste declarações”, ressaltou.

Ademir Andrade fez votos de que o julgamento transcorra em calma e lisura, terminando com a punição dos criminosos. “Gostaria que as outras chacinas que mancharam de sangue o Brasil, como a de Corumbiara (RO) e a do presídio do Carandiru (SP), também chegassem até o julgamento dos responsáveis”, disse ele.

Nabor prega fortalecimento dos municípios brasileiros

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) voltou a defender, na sexta-feira, o fortalecimento dos municípios brasileiros como forma de o país buscar o pleno desenvolvimento. Para ele, sem municípios fortes e que contem com o apoio do governo federal, o Brasil jamais será forte e progressista.

Nabor Júnior fez esses comentários ao enaltecer a 3ª Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Prefeitos do Acre, encerrada na quinta-feira em Brasília. O encontro, segundo ele, foi um marco na história política do estado, “porque se desenvolveu em clima

construtivo, acima de rivalidades partidárias ou confrontos ideológicos”.

O senador, que representa a associação no Congresso Nacional, observou que, após quatro dias de debates, os participantes do encontro redigiram a “Carta de Brasília”, na qual alertam as autoridades federais para as angústias, carências e a situação precária em que se encontram os municípios acreanos e a maior parte dos municípios brasileiros.

— Durante quatro dias, os prefeitos acreanos trataram dos problemas comuns e procuraram, de modo construtivo e consciente,



Nabor Júnior registrou encontro de prefeitos do Acre realizado em Brasília

soluções visando ao bem-estar das comunidades, sem qualquer intenção de confronto ou agressão a outras esferas da administração pública — informou.



Gilvam Borges acusa governador do Amapá de cometer lesões à ordem econômica e democrática e à boa-fé do povo amapaense

Gilvam exige afastamento de Capiberibe do governo

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) denunciou na sexta-feira, da tribuna, o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, como "irresponsável, incompetente e corrupto". O senador informou ter iniciado um movimento "para afastar do comando do estado o responsável pelo cometimento de tantas lesões à ordem econômica, democrática e à boa-fé do povo amapaense", que conta com a "subscrição da maioria da bancada federal do Amapá".

De acordo com o senador, "improbidade administrativa, usurpação do patrimônio público, desobediência à ordem judicial, desrespeito à legalidade democrática e embaraço ao livre exercício dos demais poderes do estado, cuja missão é fiscalizar seus desmandos, tais são as infrações cometidas por esse lamentável governador, causas mais que bastantes para o impedimento de Sua Excelência".

Além de expor o estado à intervenção federal, acrescentou Gilvam Borges, em função do não-cumprimento

de decisão judicial relativa ao pagamento de dívidas trabalhistas que já estão em fase de precatórios, o governador Capiberibe estaria abrindo "confronto com a Assembleia Legislativa, legislando por decreto sobre matéria privativa do legislativo estadual, qual seja a de alocar efetivos policiais para o serviço de segurança da assembleia, como expediente para intimidar os deputados, quando da derrubada de um veto seu à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)".

Gilvam Borges denunciou, ainda, a "situação aflitiva vivida no Amapá por cerca de 3 mil trabalhadores envolvidos na extração garimpeira do ouro, na área conhecida como Garimpo do Lourenço, no norte do estado". O atual quadro de decadência econômica e crise social observado na região, destacou, resulta de impasses cuja explicação está em uma "história de irregularidades, seja na forma de omissão, seja na de cumplicidade do poder público estadual com a exploração mineral criminosa envolvendo aquela área".

Cultura ao Meio-Dia mostra filme nacional

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, apresenta na quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella, o filme *Alô??*, de Mara Mourão, produção brasileira de 1998. A entrada é franca.

O longa-metragem marca a estréia

da diretora com uma divertida história. Mara faz um retrato dos valores éticos atuais da sociedade, numa trama sobre um dia na vida de quatro pequenos vigaristas. O elenco conta com a atuação de Betty Lago, Herbert Richers Jr., Wellington Nogueira e Miriam Muniz.

Freire teme regionalização dos conflitos internos da Colômbia

Senador apresenta requerimento convocando os ministros da Defesa e das Relações Exteriores para debater o problema no Senado

O senador Roberto Freire (PPS-PE) manifestou na sexta-feira, no plenário, "preocupação com o risco de as bombas humanitárias que atingiram a Iugoslávia alcançarem cidades da América Latina, em função da invasão da Colômbia por forças norteamericanas e de países como a Argentina, a pretexto de combate à guerrilha e ao narcotráfico".

Freire lembrou "os riscos para o Brasil nessa regionalização, pelos Estados Unidos, dos conflitos internos da Colômbia" e apresentou requerimento convocando os ministros da Defesa e das Relações Exteriores, juntamente com os comandantes das Forças Armadas,



Roberto Freire lembra a invasão de Kosovo para justificar seus temores

para debater a questão no Senado.

No requerimento, o parlamentar propõe o debate no plenário da Casa ou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com caráter público ou secreto, "a critério dos convidados". Nesse encontro, Freire também quer discutir "a ingerência norteamericana nos assuntos internos brasileiros referentes à política de combate ao narcotráfico", lembrando polêmica com a Embaixada dos Estados Unidos em função de interferências no trabalho da Polícia Federal.

Na avaliação do senador, a proximidade da região amazônica com a área dos conflitos colombi-

anos que seriam usados para justificar a intervenção "deve preocupar seriamente as autoridades brasileiras". Ele considerou insuficiente a oposição manifestada publicamente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e fez votos de que o governo argentino a ser eleito no pleito de outubro próximo reveja "a oferta de tropas feita pelo presidente Menem".

Freire classificou como "verdadeiro terrorismo de Estado a campanha de bombardeios promovida pelos Estados Unidos contra o Iraque" e lembrou que, além dos ataques aéreos maciços contra a Iugoslávia, "hoje a região de Kosovo, palco de conflitos étnicos milenares, está ocupada por tropas estrangeiras". A preocupação do parlamentar é a de que o envolvimento nos conflitos internos da Colômbia "possa ser a senha para a intervenção na América Latina".

Jucá manifesta preocupação com a Venezuela

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) fez um apelo ao Itamaraty para que acompanhe os acontecimentos na Venezuela com a finalidade de salvaguardar os interesses dos brasileiros que moram naquele país vizinho. Jucá disse que está preocupado com o estado de emergência decretado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Jucá informou ao plenário que todas as instâncias judiciais, inclusive o supremo tribunal do país, estão com suas atividades suspensas. "Entendo que as reformas precisam ser feitas, mas todos advogamos que seja mantida a ordem democrática e constitucional e garantidos os direi-

tos individuais e coletivos, de acordo com as tradições da Venezuela", disse.

Para Jucá, as relações estreitas entre os dois países devem levar o governo brasileiro a se preocupar com o que acontece no país vizinho. Ele lembrou que o Brasil compra petróleo da Venezuela e que a Petrobras está discutindo parceria internacional com a estatal de petróleo venezuelana. Além disso, informou, está para ser concluída uma



Jucá observa que as relações do Norte do Brasil com a Venezuela são muito estreitas

integração de energia elétrica entre a Venezuela e o estado de Roraima.

— Por sermos vizinhos, Roraima sofrerá mais se houver qualquer ruptura da ordem democrática e constitucional. Por isso, quero convidar nossa bancada para visitar o embaixador venezuelano para expressarmos nossa preocupação — disse Jucá. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) aceitou o convite do senador.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Especial Unip — Assunto: Infecção hospitalar	agricultura e desenvolvimento
6h55 — Senado em Pauta	11h30 — Instalação da Comissão Mista do Combate à Pobreza (reapresentação do dia 12/08)
7h — Saúde Todo Dia — Atividade: Natação para bebês	12h30 — Entrevista — O senador Ramez Tebet fala sobre agricultura e desenvolvimento
7h30 — Especial Unip — Assunto: Infecção hospitalar	12h55 — Senado em Pauta
7h55 — Senado em Pauta	13h — Cores do Brasil — Em destaque, Bahia
8h — Jornal do Senado	13h30 — Cidadania — Erro médico
8h25 — Senado em Pauta	14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
8h30 — Entrevista — O senador Ramez Tebet fala sobre agricultura e desenvolvimento	Lago após, Comissão de Assuntos Sociais (audiência pública com o epidemiologista Dráuzio Varella)
8h55 — Senado em Pauta	20h30 — Entrevista — O senador Ramez Tebet fala sobre agricultura e desenvolvimento
9h — Cidadania — O programa desta semana fala sobre erro médico	21h — Jornal do Senado
9h55 — Senado em Pauta	21h25 — Senado em Pauta
10h — Cores do Brasil — Em destaque, Paraíba	21h30 — Cidadania — Erro médico
10h30 — Especial Unip — Assunto: Infecção hospitalar	22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
10h55 — Senado em Pauta	
11h — Entrevista — O senador Ramez Tebet fala sobre	

Quintanilha prevê caos com crescimento populacional

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou na sexta-feira que a perspectiva do aumento desordenado das populações dos países pobres é alarmante. Citando reportagem da revista *Veja*, Quintanilha disse que faltarão reservas naturais, empregos, serviços públicos e alimentos. "A poluição aumentará e se instalará uma situação de caos social. É ledô engano se imaginar que essa pressão populacional não chega-

rá aos países ricos", advertiu.

Quintanilha afirmou que a reportagem faz uma referência especial ao problema da Índia, que está atingindo a marca de um bilhão de habitantes, dos quais 500 milhões são analfabetos. "As projeções afirmam que, em breve, a Índia estará superando a população da China, que já é de 1,25 bilhão de habitantes."

Para Leomar Quintanilha, a situação no Brasil não é tão diferente. "O país tem vocação agropastoril, mas

todo dia vemos senadores denunciando uma situação ruim na agricultura brasileira, com êxodo rural que acaba pressionando os serviços públicos dos grandes centros. É difícil querer segurar as populações no campo, quando nem mesmo um insumo básico como a eletricidade chega a todos os rincões do país", argumentou.



Quintanilha teme escassez de empregos e alimentos

Jader quer compensar perdas dos estados

Líder do PMDB defende criação de um fundo capaz de reduzir as perdas tributárias que estados exportadores têm com a Lei Kandir. Participação seria proporcional ao saldo positivo de divisas de cada unidade da Federação

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) defendeu na sexta-feira a realização de uma profunda mudança na política tributária brasileira. Ele afirmou que a prática atual corresponde a uma verdadeira "transfusão de sangue no sentido inverso, isto é, o sangue da pessoa enferma é transferido para o corpo de uma pessoa sã." Para corrigir "essa distorção intolerável", ele propôs a criação de um fundo cujo objetivo é premiar os estados superavitários em termos de comércio exterior.

O senador entende que os estados deficitários, particularmente as duas maiores economias do país – São Paulo e Rio de Janeiro –, estão sendo beneficiados econômica e financeiramente com as distorções do atual sistema tributário brasileiro:

– Particularizando o ano de 1998, quinze estados produziram em conjunto um volume de divisas líquidas (superávit) superior a US\$ 10,2 bilhões. Enquanto isso, as demais unidades (onze estados e o DF) apre-

sentaram um déficit de mais de US\$ 17,7 bilhões. Somente São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas (Zona Franca de Manaus) foram responsáveis por US\$ 15,2 bilhões desse déficit – comentou o líder do PMDB.

No entanto, segundo Jader Barbalho, os estados superavitários, que impediram um agravamento no valor de US\$ 8,4 bilhões no saldo negativo da balança comercial brasileira em 1998, segundo Jader, não têm obtido nenhuma recompensa pelo seu notável desempenho.

– Muito pelo contrário, eles têm sido punidos com a perda de grande parte da sua receita tributária, uma vez que, a partir da vigência da

Lei Kandir, não há mais incidência do ICMS sobre a exportação de produtos primários e semi-elaborados – acrescentou.

Jader esclareceu que a idéia original de criação do fundo é do ex-superintendente da Receita Federal e ex-secretário da Fazenda do Pará, Clóvis Mácola, que lhe entre-

gou documento com esse teor na última quinta-feira. Convencido da eficácia da proposta, o senador disse que vai procurar os líderes dos partidos no Congresso e os governadores dos estados mais prejudicados para tratar do assunto. "Estou disposto a fazer um mutirão para reverter esse quadro tributário", afirmou.

O fundo sugerido seria integrado por 15% do imposto sobre importação de produtos estrangeiros arrecadado pela União, e se destinaria aos estados e ao Distrito Federal que apresentem saldo anual positivo no valor de suas exportações sobre o valor de suas importações. Conforme a proposta, a participação será proporcional ao saldo positivo de divisas de cada unidade da Federação, limitada a 10% do referido saldo.

Jader levará ao relator da Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara, deputado Mussa Demes, a sugestão para a criação do fundo. Ele disse estar convencido de que se a proposta for colocada em prática ela se constituirá no estímulo decisivo aos governos estaduais para se engajarem no esforço de aumento das exportações.



Jader levará proposta de criação do fundo ao relator da Comissão de Reforma Tributária da Câmara

"Os estados superavitários têm sido punidos com a perda de grande parte da sua receita tributária por causa da Lei Kandir"

Lobão garante apoio do PFL à proposta do PMDB

Em nome da liderança do PFL, o senador Edison Lobão (MA) apoiou na sexta-feira a proposta apresentada pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), de instituição de um fundo que compense o desempenho dos estados exportadores e disse ser chegado o momento de se acabar "com a desordem e o descalabro tributário que reinam atualmente em todo o país". Conforme revelou, a

exemplo de outros estados, o Maranhão também sofre com a injustiça tributária, apesar de registrar, anualmente, superávits em suas contas:

– O que desejamos é a solidariedade e a compreensão nacional para este grave problema que vem sufocando a maioria dos estados brasileiros – observou Edison Lobão, ao hipotecar solidariedade ao projeto do líder do PMDB.

Marluce vai defender verbas para o Calha Norte

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) elogiou na sexta-feira a escolha do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) para presidir a Comissão Mista de Orçamento como uma "estratégia do destino" para possibilitar que a bancada do Norte trabalhe por uma distribuição mais justa de verbas orçamentárias, acabando com a discriminação que pesa sobre aquela e outras regiões menos favorecidas do país:

– Não espero privilégios, pois esse não é o estilo do senador. Mas estou convicta de que cumprirá suas responsabilidades com a consciência de Mestrinho e a sabedoria de Salomão.

Para Marluce, um exemplo da discriminação sofrida pela região foi o



Marluce disse que não espera privilégios, mas vai lutar pelos recursos

tratamento dado pelo governo ao projeto Calha Norte, que no ano passado foi "varrido" do orçamento. "Depois de muita luta conseguimos que dos R\$ 16 milhões inicialmente requeridos fossem aprovados R\$ 5 milhões. Este ano queremos aprovar dotações que façam justiça à importância do projeto."

A senadora fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que suste um convênio que está para ser assinado com ONGs internacionais para cuidar da saúde dos ianomâmis: "São organizações que nada sabem sobre os índios. É o Exército brasileiro que está habilitado para prestar assistência aos ianomâmis, como já vem fazendo há muito tempo".

Maranhão é estado pioneiro na organização local da Agenda 21

O senador Edison Lobão (PFL-MA) registrou na sexta-feira o pioneirismo do Maranhão, ao tornar-se o primeiro estado brasileiro a constituir uma comissão, integrada por servidores estaduais e representantes da sociedade civil, para dar organicidade à Agenda 21 local. O governo de Roseana Sarney, disse, leva à frente o compromisso assumido na Eco-92, demonstrando que o Maranhão está disposto a encontrar soluções para os problemas ambientais e promover o desenvolvimento sustentado.

Lobão ressaltou que a Agenda 21, criada por deliberação de 179 países reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambi-



Lobão disse que a comissão criada no Maranhão já cuida de definir política de proteção ambiental

ente e Desenvolvimento, foi uma iniciativa eficaz, de caráter mundial, destinada a harmonizar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica:

– Sinto-me feliz com o pioneirismo do meu estado, o Maranhão, nessa iniciativa. Das sugestões nascidas dos vários e experientes grupos sociais que debaterão os problemas maranhenses, surgirão muitas e importantes proposições para que o estado possa entrar, de fato, num estágio de desenvolvimento sustentável e crescente – afirmou o senador.

Edison Lobão lembrou, em seu pronunciamento, a deterioração dos ecossistemas no Brasil, como a devastação de florestas, com graves consequências para as nascentes de água e a produtividade das lavouras, e defendeu a utilização de energias alternativas, como a eólica (produzida pelo vento) e do etanol (álcool), que, na sua opinião, devem merecer atenção especial.